



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Campus Várzea Grande
Departamento de Administração e Planejamento

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº [23188.001758.2023-14](#))

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de locação de ônibus em caráter eventual, aferidos por valor de diária + quilometragem + hora adicional, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender às necessidades do IFMT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seu apêndice (Estudo Técnico Preliminar).

1.1.1. Serão apresentadas as Estimativas de demanda individualizadas, em deslocamentos nas cidades onde o IFMT tenha sede, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento

GRUPO 01, 02 e 03 - DEMANDA DA REITORIA (RTR)					
Endereço: Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Quilombo - Cuiabá/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
1	1	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	50	R\$ 1.631,67	R\$ 81.583,50
	2	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	12000	R\$ 8,30	R\$ 99.600,00
	3	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 154,00	R\$ 3.080,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 1				R\$ 184.263,50	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
2	4	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	50	R\$ 2.400,00	R\$ 120.000,00
	5	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	20000	R\$ 11,06	R\$ 221.200,00
	6	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	20	R\$ 241,25	R\$ 4.825,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 2				R\$ 346.025,00	

Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
3	7	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	50	R\$ 2.698,06	R\$ 134.903,00
	8	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	20000	R\$ 12,97	R\$ 259.400,00
	9	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	20	R\$ 244,75	R\$ 4.895,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 3				R\$ 399.198,00	
GRUPO 04, 05, 06 e 07 - DEMANDA DO CAMPUS AVANÇADO DE DIAMANTINO (DMT)					
Endereço: Rodovia Roberto Campos - Novo Diamantino - S/N - Diamantino/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
4	10	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	18	R\$ 1.631,67	R\$ 29.370,06
	11	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	3000	R\$ 8,30	R\$ 24.900,00
	12	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 154,00	R\$ 3.080,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 4				R\$ 57.350,06	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
5	13	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	12	R\$ 2.137,50	R\$ 25.650,00
	14	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	3000	R\$ 9,69	R\$ 29.070,00
	15	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 5				R\$ 59.220,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
	16	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	30	R\$ 2.400,00	R\$ 72.000,00

6	17	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	5000	R\$ 11,06	R\$ 55.300,00
	18	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	50	R\$ 241,25	R\$ 12.062,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 6				R\$ 139.362,50	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
7	19	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	12	R\$ 2.698,06	R\$ 32.376,72
	20	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	5000	R\$ 12,97	R\$ 64.850,00
	21	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	58	R\$ 244,75	R\$ 14.195,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 7				R\$ 111.422,22	
GRUPO 08 e 09 - DEMANDA DO CAMPUS AVANÇADO DE GUARANTÃ DO NORTE (GTA) Endereço: Linha Páscoa, Km 04, Lote 471, Zona Rural - Guarantã do Norte/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
8	22	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	25	R\$ 2.400,00	R\$ 60.000,00
	23	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	6000	R\$ 11,06	R\$ 66.360,00
	24	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	50	R\$ 241,25	R\$ 12.062,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 8				R\$ 138.422,50	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
9	25	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	25	R\$ 2.698,06	R\$ 67.451,50
	26	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	3000	R\$ 12,97	R\$ 38.910,00
	27	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	10	R\$ 244,75	R\$ 2.447,50

VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 9				R\$ 108.809,00	
GRUPO 10, 11 e 12 - DEMANDA DO CAMPUS AVANÇADO DE LUCAS DO RIO VERDE (LRV)					
Endereço: Avenida Universitária 1600-W - Bairro: Parque das Emas - Lucas do Rio Verde/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
10	28	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	12	R\$ 1.631,67	R\$ 19.580,04
	29	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	1000	R\$ 8,30	R\$ 8.300,00
	30	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	12	R\$ 154,00	R\$ 1.848,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 10				R\$ 29.728,04	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
11	31	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	28	R\$ 2.137,50	R\$ 59.850,00
	32	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	10000	R\$ 9,69	R\$ 96.900,00
	33	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	30	R\$ 225,00	R\$ 6.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 11				R\$ 163.500,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
12	34	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	6	R\$ 2.400,00	R\$ 14.400,00
	35	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	5000	R\$ 11,06	R\$ 55.300,00
	36	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	10	R\$ 241,25	R\$ 2.412,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 12				R\$ 72.112,50	
GRUPO 13 e 14 - DEMANDA DO CAMPUS AVANÇADO DE SINOP (SNP)					
Endereço: Rua das Avencas, 2377, Setor Comercial, Centro - Sinop/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total

13	37	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	12	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
	38	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	3000	R\$ 11,06	R\$ 33.180,00
	39	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	20	R\$ 241,25	R\$ 4.825,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 13				R\$ 66.805,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
14	40	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	15	R\$ 2.698,06	R\$ 40.470,90
	41	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	4000	R\$ 12,97	R\$ 51.880,00
	42	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	20	R\$ 244,75	R\$ 4.895,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 14				R\$ 97.245,90	
GRUPO 15 - DEMANDA DO CAMPUS AVANÇADO DE TANGARÁ (TGA)					
Endereço: Rua José de Oliveira (28), 980 N - Bairro: Vila Horizonte - Tangará da Serra/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
15	43	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	16	R\$ 2.400,00	R\$ 38.400,00
	44	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	3500	R\$ 11,06	R\$ 38.710,00
	45	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	30	R\$ 241,25	R\$ 7.237,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 15				R\$ 84.347,50	
GRUPO 16 - DEMANDA DO CAMPUS ALTA FLORESTA (ALF)					
Endereço: Rodovia MT 208, s/n - Lote 143-A, Loteamento Aquarela - Hamoa - Alta Floresta/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
	46	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	63	R\$ 2.400,00	R\$ 151.200,00

16	47	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	12400	R\$ 11,06	R\$ 137.144,00
	48	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	104	R\$ 241,25	R\$ 25.090,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 16				R\$ 313.434,00	
GRUPO 17 - DEMANDA DO CAMPUS BARRA DO GARÇAS (BAG)					
Endereço: Estrada de Acesso BR-158, Rua José Maurício Zampa, s/nº, Lot. BR-070 - Barra do Garças/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
17	49	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	18	R\$ 2.400,00	R\$ 43.200,00
	50	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	2000	R\$ 11,06	R\$ 22.120,00
	51	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	10	R\$ 241,25	R\$ 2.412,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 17				R\$ 67.732,50	
GRUPO 18 e 19 - DEMANDA DO CAMPUS BELA VISTA (BLV)					
Endereço: Av. Juliano Costa Marques, s/n - Bairro Bela Vista - Cuiabá/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
18	52	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	5	R\$ 1.631,67	R\$ 8.158,35
	53	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	5	R\$ 8,30	R\$ 41,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 18				R\$ 8.199,85	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
19	54	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	10	R\$ 2.400,00	R\$ 24.000,00
	55	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	15	R\$ 11,06	R\$ 165,90
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 19				R\$ 24.165,90	
GRUPO 20 - DEMANDA DO CAMPUS CÁCERES (CAS)					
Endereço: Avenida Europa, nº 3000, Vila Real/Distrito Industrial - Cáceres/MT					

Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
20	56	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	10	R\$ 2.400,00	R\$ 24.000,00
	57	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	3000	R\$ 11,06	R\$ 33.180,00
	58	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	5	R\$ 241,25	R\$ 1.206,25
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 20				R\$ 58.386,25	
GRUPO 21, 22 e 23 - DEMANDA DO CAMPUS CONFRESA (CFS) Endereço: Av. Vilmar Fernandes, 300 - Confresa/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
21	59	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 1.631,67	R\$ 32.633,40
	60	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	6000	R\$ 8,30	R\$ 49.800,00
	61	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	60	R\$ 154,00	R\$ 9.240,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 21				R\$ 91.673,40	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
22	62	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	20	R\$ 2.137,50	R\$ 42.750,00
	63	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	6000	R\$ 9,69	R\$ 58.140,00
	64	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	60	R\$ 225,00	R\$ 13.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 22				R\$ 114.390,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
	65	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	40	R\$ 2.400,00	R\$ 96.000,00

23	66	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	12000	R\$ 11,06	R\$ 132.720,00
	67	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	60	R\$ 241,25	R\$ 14.475,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 23				R\$ 243.195,00	
GRUPO 24 e 25 - DEMANDA DO CAMPUS CAMPO NOVO DOS PARECIS (CNP) Endereço: MT 235 Km 12, s/n - Campo Novo do Parecis/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
24	68	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	14	R\$ 2.400,00	R\$ 33.600,00
	69	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	2000	R\$ 11,06	R\$ 22.120,00
	70	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	25	R\$ 241,25	R\$ 6.031,25
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 24				R\$ 61.751,25	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
25	71	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	28	R\$ 2.698,06	R\$ 75.545,68
	72	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	4000	R\$ 12,97	R\$ 51.880,00
	73	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	50	R\$ 244,75	R\$ 12.237,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 25				R\$ 139.663,18	
GRUPO 26 e 27 - DEMANDA DO CAMPUS JUÍNA (JNA) Endereço: Linha J, s/n - Zona Rural - Juína/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
26	74	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	8	R\$ 2.137,50	R\$ 17.100,00
	75	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	1200	R\$ 9,69	R\$ 11.628,00
		HORA ADICIONAL			

	76	- VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	16	R\$ 225,00	R\$ 3.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 26				R\$ 32.328,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
27	77	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	30	R\$ 2.400,00	R\$ 72.000,00
	78	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	8200	R\$ 11,06	R\$ 90.692,00
	79	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	34	R\$ 241,25	R\$ 8.202,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 27				R\$ 170.894,50	
GRUPO 28, 29 e 30 - DEMANDA DO CAMPUS PRIMAVERA DO LESTE (PDL)					
Endereço: Avenida Dom Aquino, nº 1.500, Bairro Parque Eldorado - Primavera do Leste/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
28	80	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	35	R\$ 1.631,67	R\$ 57.108,45
	81	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	4190	R\$ 8,30	R\$ 34.777,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 28				R\$ 91.885,45	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
29	82	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	78	R\$ 2.400,00	R\$ 187.200,00
	83	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	4000	R\$ 11,06	R\$ 44.240,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 29				R\$ 231.440,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
30	84	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	21	R\$ 2.698,06	R\$ 56.659,26
	85	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	4000	R\$ 12,97	R\$ 51.880,00

VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 30				R\$ 108.539,26	
GRUPO 31 - DEMANDA DO CAMPUS PONTES E LACERDA (PLC)					
Endereço: Rodovia MT-473, s/n - Pontes e Lacerda/MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
31	86	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	20	R\$ 2.400,00	R\$ 48.000,00
	87	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	3500	R\$ 11,06	R\$ 38.710,00
	88	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	40	R\$ 241,25	R\$ 9.650,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 31				R\$ 96.360,00	
GRUPO 32 - DEMANDA DO CAMPUS RONDONÓPOLIS (ROO)					
Endereço: Rua Ananias Martins de Souza, 861 - Jardim da Mata - Rondonópolis - MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
32	89	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	16	R\$ 2.400,00	R\$ 38.400,00
	90	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	1200	R\$ 11,06	R\$ 13.272,00
	91	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	48	R\$ 241,25	R\$ 11.580,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 32				R\$ 63.252,00	
GRUPO 33 - DEMANDA DO CAMPUS SORRISO (SRS)					
Endereço: Av. dos Universitários, 799 - Santa Clara - Sorriso - MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
33	92	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	100	R\$ 2.400,00	R\$ 240.000,00
	93	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	15000	R\$ 11,06	R\$ 165.900,00
	94	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	50	R\$ 241,25	R\$ 12.062,50

VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 33				R\$ 417,962,50	
GRUPO 34, 35, 36 e 37 - DEMANDA DO CAMPUS SÃO VICENTE (SVC)					
Endereço: Rodovia Br 364, Km 329 - São Vicente da Serra - Zona Rural - Santo Antônio Do Leverger - MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
34	95	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 1.631,67	R\$ 32.633,40
	96	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	4000	R\$ 8,30	R\$ 33.200,00
	97	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 154,00	R\$ 3.080,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 34				R\$ 68.913,40	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
35	98	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	20	R\$ 2.137,50	R\$ 42.750,00
	99	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	4500	R\$ 9,69	R\$ 43.605,00
	100	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 35				R\$ 88.605,00	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
36	101	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	35	R\$ 2.400,00	R\$ 84.000,00
	102	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	9000	R\$ 11,06	R\$ 99.540,00
	103	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	15	R\$ 241,25	R\$ 3.618,75
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 36				R\$ 187.158,75	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
	104	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	34	R\$ 2.698,06	R\$ 91.734,04

37	105	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	6000	R\$ 12,97	R\$ 77.820,00
	106	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	15	R\$ 244,75	R\$ 3.671,25
	VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 37			R\$ 173.225,29	
GRUPO 38, 39, 40 e 41 - DEMANDA DO CAMPUS VÁRZEA GRANDE (VGD)					
Endereço: Avenida Tiradentes (Lot Jd Manaíra), nº 1300 - Bairro Petrópolis - Várzea Grande - MT					
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
38	107	DIÁRIA - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	10	R\$ 1.631,67	R\$ 16.316,70
	108	KM RODADO - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	1250	R\$ 8,30	R\$ 10.375,00
	109	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: MICRO ÔNIBUS	20	R\$ 154,00	R\$ 3.080,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 38			R\$ 29.771,70		
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
39	110	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	10	R\$ 2.137,50	R\$ 21.375,00
	111	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	2000	R\$ 9,69	R\$ 19.380,00
	112	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 1 (Motor Dianteiro)	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 39			R\$ 45.255,00		
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
40	113	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	30	R\$ 2.400,00	R\$ 72.000,00
	114	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	10000	R\$ 11,06	R\$ 110.600,00
	115	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 2 (Motor Traseiro)	50	R\$ 241,25	R\$ 12.062,50

VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 40				R\$ 194.662,50	
Grupo	Item	Objeto	Qtde.	Val. Unit.	Val. Total
41	116	DIÁRIA - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	38	R\$ 2.698,06	R\$ 102.526,28
	117	KM RODADO - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	11250	R\$ 12,97	R\$ 145.912,50
	118	HORA ADICIONAL - VEÍCULO: ÔNIBUS TIPO 3 (Dois Andares)	58	R\$ 244,75	R\$ 14.195,50
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 41				R\$ 262.634,28	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO				R\$ 5.443.290,68	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023/2024, conforme detalhamento de cada unidade participante, nos formulários de SPL, comprovou a inclusão da demanda no PCA do órgão disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme Planos de Contratações Anuais de 2023 e 2024, respectivamente.

- PCA 2023: <https://pncp.gov.br/app/pca/10784782000150/2023>
- PCA 2024: <https://pncp.gov.br/app/pca/10784782000150/2024>

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A descrição dos critérios de sustentabilidade, encontra-se pormenorizada no Tópico de Impactos Ambientais presente no Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, e o detalhamento dessas condições encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Executar o Objeto conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e ainda os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Executar os serviços conforme especificações previstas no Estudo Técnico Preliminar e de sua proposta necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução dos serviços.

5.1.8. O recebimento provisório, para posterior verificação da conformidade dar-se-á em até 05 (cinco) dias corridos.

5.1.9. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de efetivação do recebimento provisório.

5.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

5.1.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.1.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Estudo Técnico Preliminar, no prazo determinado.

5.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.1.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações previamente definidas.

5.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

Local prestação dos serviços

5.2. Os endereços das unidades do IFMT que serão prestados os serviços, estão descritos na tabela de Estimativas de demanda individualizadas descrita no item 1.1.1 deste termo de referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua

competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor a ser pago no período avaliado;

7.3.2. As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

7.3.3. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a

serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.31. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Estudo técnico preliminar apêndice 1.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 05% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. **Registro atualizado** da empresa licitante junto à **AGER/MT**, conforme disciplinado na Lei Complementar ALMT nº 432, de 08 de agosto de 2011 e no Decreto Estadual n.º 1.020, de 06 de março de 2012. Além do Cadastro da empresa licitante na

ANTT.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP DG nº 5/2017.;

8.28.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.28.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.443.290,68** (cinco milhões e quatrocentos e quarenta e três mil e duzentos e noventa reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima itens 1.1.1.1

9.2. O preço estimado para cada item foi definido pela média simples dos preços cotados no painel de preços do governo federal e junto a prestadores de serviço.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26414/158144;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 171009 e 171010;
- IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;
- V) Plano Interno: L20RLP0101N e L2994P23C2N;

11 . APÊNDICES

APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar;

APÊNDICE II - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Várzea Grande, 09 de junho de 2023.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO

RENAN POLIZEI

Presidente da Equipe de Planejamento
PORTARIA 44/2023 - VGD-GAB/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

DANIEL DE CARVALHO SILVA

Membro Técnico da Equipe de Planejamento
PORTARIA 44/2023 - VGD-GAB/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

ADENILSON RIBEIRO FRANCISCO

Membro Administrativo da Equipe de Planejamento
PORTARIA 44/2023 - VGD-GAB/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

(Função Delegada aos Diretores Gerais via regulamento do programa Licita IFMT)

JOÃO BOSCO LIMA BERALDO

Diretor Geral do IFMT - Campus Várzea Grande
Portaria nº 743/2021 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT

Documento assinado eletronicamente por:

- Renan Polizei, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD0004 - VGD-DAP, em 09/06/2023 11:08:00.
- Adenilson Ribeiro Francisco, COORDENADOR(A) - FG0002 - VGD-CAC, em 09/06/2023 11:09:59.
- Daniel de Carvalho Silva, COORDENADOR(A) - FG0002 - , em 09/06/2023 11:10:05.
- Joao Bosco Lima Beraldo, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - VGD-DG, em 09/06/2023 11:24:46.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/06/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 532912

Código de Autenticação: f6c8663309



TERMO Nº 4/2023 - VGD-DAP/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT